

Empresas fecham as portas e trabalhadores sofrem para receber seus direitos

Para não ficar sem o dinheiro, são obrigados a aceitar pagamento parcelado

No último dia 15 de maio, a Best Glasses, empresa do setor óptico, encerrou suas atividades, fechou suas portas, demitiu todos os trabalhadores e, até o presente momento, ainda não pagou as verbas trabalhistas. A diretoria do Sindividro negocia com a empresa mecanismos para garantir o pagamento dos demitidos.

O caso de Best Glasses não chega a surpreender os dirigentes do Sindividro. Foi mais um a engrossar a lista de empresas que também fecharam as portas e deram calote nos trabalhadores e trabalhadoras.

Em alguns casos, não foi possível negociar alternativas para o pagamento das verbas rescisórias. E os trabalhadores foram obrigados a



recorrer à Justiça do Trabalho para reaver seus direitos, como na HM e na Carraro.

Mas, tivemos também casos de empresas em que foi possível negociar o pagamento das verbas rescisórias de forma parcelada. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Artcraft, Roger, Hórus,

IBO, Enzo Menin, DMO, Nasci, Latif e RG.

E mesmo quando a empresa demite e continua em funcionamento, só com parcelamento tem sido possível assegurar o pagamento dos direitos. Foi o que aconteceu recentemente na MSO, que de uma atacada só demitiu 44 trabalhadores.

ROTATIVIDADE

No setor Óptico observa-se uma grande rotatividade de empresas. Elas abrem e fecham as portas em curtos intervalos de tempo. Inclusive, com reutilização de maquinário e mão-de-obra. E estes constantes fechamentos têm gerado muitos prejuízos para os trabalhadores.

Julgamento do FGTS no STF para de novo

Previsto para o dia 20 de abril, o julgamento no STF da ação que pede a mudança do fator que corrige o saldo das contas do FGTS foi suspenso de novo. O ministro Kassio Nunes Marques pediu vistas, alegando que a solução proposta “não atinge os eventos pretéritos (*passado*)” e “não impacta o presente”.

Até o momento, os Ministros Luís Roberto Barroso, o relator, e André Mendonça votaram favoravelmente à mudança do fator de correção dos saldos das contas. Ainda não foi marcada data para a sua retomada.



FIQUE SÓCIO DO SEU SINDICATO. VIRA E MEXE VOCÊ PRECISA DELE!

Em seis meses, inflação atinge 3,51%

Desde a última data-base da nossa categoria, 1º de novembro, até o mês de abril, se passaram seis meses. Neste período, a inflação acumulou 3,51%. Ou seja, o poder de compra dos nossos salários está sendo lentamente corroído.

A partir de 1º de maio passou a vigorar o novo valor do salário: R\$ 1.320,00. E isso também provocou

impacto no imposto de renda, já que também desde esta data, por ação do governo Lula, quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.640,00), não terá mais imposto de renda retido na fonte.

E como ficam aqueles que tiveram imposto retido na fonte de janeiro a abril

deste ano? Muito provavelmente deverão fazer a declaração de IR no ano que vem para ter este dinheiro de volta.

Com a vigência do novo salário mínimos, publicamos novamente os indicadores econômicos, valores que são referência para nossa categoria.

INDICADORES ECONÔMICOS

ITEM	VALORES
Piso do Óptico	R\$ 1.661,00
Piso do Vidro	R\$ 1.702,64
Piso na Luxottica	R\$ 1.755,60
Salário Mínimo	R\$ 1.320,00
Reembolso creche no Vidro - até 1 ano	R\$ 510,79
Reembolso creche no Óptico - até 2 anos	R\$ 498,30
Reembolso creche na Luxottica - até 3 anos	R\$ 404,06

Observação: estes valores são referência para a categoria.

A importância da assistência do sindicato nas homologações em casos de demissão sem justa causa

Com a reforma trabalhista, ainda no governo Michel Temer, em 2017, os sindicatos perderam o direito de homologar as rescisões dos contratos de trabalho nos casos de demissão sem justa causa. Para as empresas, foi “uma mão na roda”, porque, a partir daí, começou um verdadeiro festival de desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

Tem empresas que até aceitam homologar no sindicato, mas, somente quando é da conveniência delas. Em condições normais, elas demitem

e não querem nem saber de conversa com os dirigentes sindicais.

Durante o governo Jair Bolsonaro foram bloqueadas, pela base governista no Congresso Nacional, todas as tentativas de se retomar as homologações nos sindicatos. E os patrões continuaram “nadando de braçada”.

Mesmo sem poder prestar esta assistência, os sindicatos buscaram alternativas. Uma delas foi pedir ao trabalhador

demitido para trazer o termo de rescisão na entidade sindical para ser revisado. E “é batata”, na esmagadora maioria dos casos, direitos “são esquecidos” pelas empresas.

Com a posse do governo e uma mudança na correlação de forças no Congresso Nacional, o movimento sindical voltou à carga e retomou a pressão em cima de deputados federais e senadores. Queremos, no mínimo, a revogação de itens da reforma trabalhista que só trouxeram prejuízos para os trabalhadores.

